

A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste

Alberto Luiz Schneider

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
alberto.ls@uol.com.br

Thays Fregolent de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
thaysfregolent@gmail.com

À guisa de introdução: novos e velhos “bandeirantes”

O objetivo deste artigo é narrar e analisar a Expedição Roncador-Xingu (ERX), ocorrida entre 1943 e 1948, a partir de três questões mutuamente articuladas: a) O contexto da Marcha para Oeste mobilizada pelo Estado Novo, na qual a expedição é apenas um capítulo; b) A ancoragem da expedição e de seus sujeitos na produção de uma memória bandeirante, especialmente no Estado de São Paulo; c) A função dos irmãos Villas Bôas como agentes concretos da expedição,

por meio dos quais se pode traçar a rede sujeitos e interesses envolvidos. Não é possível compreender a mobilização do poder público, de interesses privados e de diversos sujeitos sem compreender o repertório cultural e político que deu a Marcha para Oeste uma conotação muitas vezes épica, com grande repercussão na imprensa.

Com o Estado Novo (1937-1945) a expansão interna¹ – sintetizada na expressão da Marcha para o Oeste – havia se convertido em um imperativo de segurança e soberania nacional (VARJÃO, 1980, p. 35). Os objetivos eram desbravar e colonizar os “fundos territoriais”² no interior do Brasil, por meio da promoção de migrações e investimento em infraestrutura física de transporte e comunicação em áreas estratégicas (GOMES, 2013, p. 41-86). Os estados de Goiás e Mato Grosso (além daqueles servidos pela Bacia Amazônica) eram os locais para onde se dirigiam esses esforços. Não por acaso foram esses os espaços percorridos pela Expedição Roncador-Xingu. Essa ação era vista como fundamental para a segurança e expansão das “fronteiras da civilização brasileira”, assim como para o desenvolvimento do país. O pano de fundo era as agitações nacionalistas que culminaram na Segunda Guerra Mundial, momento em que as questões geoestratégicas ganharam enorme relevância. É o próprio presidente Getúlio Vargas,

1. Lembremos que a expansão “para dentro” do território brasileiro ganhou novo significado a partir do século XIX com o Estado-nação. Quando a expansão deveria se dar no âmbito do território que aquela nação, recém-nascida, herdara do período colonial, isto é, sua expansão não deveria se dar para além de seus limites territoriais, mas sim “para dentro”, justamente em direção aos espaços que ainda não haviam sido ocupados. Ver Mattos (2007, p. 589-608).

2. A categoria “fundos territoriais”, formulada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, foi elaborada a partir do diálogo com as noções de “território” e “território usado”, de Milton Santos. Segundo a formulação de Moraes, os “fundos territoriais” são espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, isto é, trata-se de verdadeiras “reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora”. Ver Moraes (2007) e Moraes (2003).

em simbólico discurso no dia primeiro de janeiro de 1938, quem lança as bases da Marcha para Oeste:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do continente, em vigorosa e épica arrancada, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste (VARGAS, 1938, p. 121).

Não é possível compreender a mobilização estatal colocada em prática pelo Estado Novo, sem antes compreender a centralidade do investimento discursivo em torno da expansão para Oeste, formada por uma ampla gama de intervenções textuais, da historiografia aos relatos de viagens, da literatura ao pensamento social. As ações políticas, para se constituírem, são precedidas ou estão envoltas em uma rede de discursos que mobilizam consciências, interesses e projetos. O sociólogo João Marcelo Maia – ao estudar a Fundação Brasil Central (FBC), entidade profundamente ligada a Expedição Roncador-Xingu – observa a enorme relação entre o que ele chama de “repertório cultural”³ e as práticas de Estado. Para o autor é importante “analisar com mais profundidade os registros textuais que consagraram as imagens espaciais relacionadas ao Oeste e ao Brasil Central” (MAIA, 2012, p. 95). Seguindo essa trilha, este artigo busca apontar os nexos entre o repertório cultural que havia colocado o Oeste em debate e as ações práticas de conquista do Oeste – aqui materializada na Expedição Roncador-Xingu.

Teóricos como Quentin Skinner (2009) e Michel Foucault (2012),

3. Na formulação de um repertório cultural optamos por privilegiar os registros textuais (literários e historiográficos), porém, reconhecemos a importância de outros registros de cultura material, registros iconográficos, cartográficos, entre outros.

ou, no campo da História, como Roger Chartier (1990) e Michel de Certeau (1982) chamaram a atenção para as complexas relações entre a formulação e a difusão das ideias, representações e as práticas sociais. Além de observar como certas obras influenciam e legitimam ideologicamente ações concretas, públicas ou privadas, é preciso notar que o pensamento intelectual exerce importante função na formulação de agendas públicas, bem como na criação de uma gramática discursiva destinada a pensar a problemática. Os textos em circulação também contribuíram de modo decisivo na organização e na difusão de interesses e projetos, sempre tensos e múltiplos.

Concretamente, para os limites deste artigo, gostaríamos de insistir nos nexos entre a historiografia paulista que erigiu uma visão heroica dos bandeirantes no período colonial e as “novas bandeiras”, entre elas a Expedição Roncador-Xingu. Para Michel de Certeau (1982, p. 56-107), a pesquisa histórica, como outros discursos – como a literatura ou as Ciências Sociais – está sempre inserida em um lugar, carregado de interesses e compromissos, inclusive institucionais, políticos, de classe e região, etc., que acaba por definir o que deve ser vetado ou proclamado, o que pode ser escrito (e feito).

A obra de Cassiano Ricardo⁴ ocupa um lugar central na criação de um repertório político, definidor de um senso de urgência na ocupação dos “vazios demográficos”⁵ do território brasileiro. Na obra *Marcha*

4. Cassiano Ricardo Leite (1894-1974) foi um jornalista, ensaísta e poeta brasileiro, paulista, de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Foi um dos representantes do movimento modernista de forte tendência nacionalista, associando-se aos grupos Verde-Amarelo e da Anta, também foi o fundador do grupo da Bandeira. Compôs o governo Vargas já em 1934. Trabalhou como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DIP) e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional e do jornal *A Manhã*.

5. Naturalmente não eram “vazios demográficos”, como diversos intelectuais na época e o próprio governo afirmavam. Aqueles territórios, desabitados de homens brancos, eram ocupados por diferentes nações indígenas, como a própria Expedição

para Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil, publicada em 1940, Cassiano Ricardo constrói a imagem do bandeirante como o explorador e desbravador do Brasil, evocando as origens da nação na “saga bandeirante” dos séculos XVI e XVII, quando os sertanistas da capitania de São Vicente, depois São Paulo, adentraram o inóspito sertão da América do Sul, iniciando, segundo essa narrativa, a formação do Brasil nação.

De acordo com a mitologia bandeirante, mobilizada por Cassiano Ricardo, a saga conquistadora fora liderada pelos “valorosos paulistas”, em suposta harmonia com os povos indígenas⁶. Em evidente anacronismo, a industrialização de São Paulo foi interpretada como fruto do mesmo *ethos* empreendedor, que antes havia dobrado o meridiano de Tordesilhas, em alusão a presença dos bandeirantes históricos nos territórios ao interior do continente⁷. Agora, mais uma vez, o “sentido bandeirante” deveria ser evocado, sob a liderança de Vargas, a fim de refundar as bandeiras, cujo “espírito de união” o Estado Novo retomara para garantir de vez o território, alvo de suposta cobiça de Nações estrangeiras⁸.

Roncador-Xingu atestou, como os Xavantes, os Trumai, os Juruna, os Kayabi, os Txukarramãe, os Suyá, os Ikpeng e os Kreen-Akarore, entre outros. O tema dos vazios demográficos é fruto de diversos investimentos historiográficos, um bom exemplo da exploração dessa temática é a dissertação: BEIER, José Rogerio. *Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

6. Segundo a mobilização discursiva de Cassiano Ricardo, os paulistas, “sem ódio e sem preconceito de cultura”, geraram “os mamelucos”, que teriam exercido papel central nas bandeiras, ao praticarem o que o autor chamou de “democracia cristã”, como um germe da vocação republicana e democrática que o país teria (CASSIANO, 2002).

7. Ver Ferretti (2008).

8. A tônica do espaço vital, desenvolvida por Friedrich Ratzel e retomada no período da Segunda Guerra Mundial, estabelecia que as áreas vazias ou mal aprovei-

Cassiano Ricardo, um dos principais ideólogos do Estado Novo, insiste no sentido patriótico e nacionalista da “Marcha para o Oeste”, caráter esse que também acabou por revestir a Expedição Roncador-Xingu. Os irmãos Villas Bôas, paulistas de Sorocaba, como se aprofundará adiante, empenharam-se o quanto puderam em revestir suas incursões de um caráter épico⁹. A historiografia produzida naquele mesmo tempo, sobre o bandeirantismo, dava foros de legitimidade a “personalidade do paulista” que ligaria os bandeirantes de ontem aos de hoje. Em outras palavras, o prestígio dos bandeirantes tinha repercussão ativa na mentalidade da época, particularmente em São Paulo, tanto no meio letrado como no popular. O que impactou profundamente o modo como a Marcha para Oeste em geral, e a Expedição Roncador-Xingu em particular, foram percebidas em seu tempo. Nas palavras de Ricardo:

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo, caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo. [...] A grandeza do país exige o espírito bandeirante para a sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira terá, por acaso, deixado de existir? (RICARDO, 1940, p. 364-366).

A obra de Cassiano Ricardo teve, portanto, grande significado simbólico, pois construía um ideal bandeirante, representado como a própria expressão da identidade nacional. A “brasilidade” estaria ligada

tadas do planeta deveriam ser ocupadas e exploradas por nações que historicamente tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios. Para Ratzel, cada Nação deve ser do tamanho da sua capacidade de organização e ocupação. Desse modo, tendo em vista esse pano de fundo, as áreas “desconhecidas” do sertão brasileiro passaram a ser vistas com preocupação pelo governo (REIS, 1968, p. 135.) Para um balanço da obra de Friedrich Ratzel ver Costa (2016).

9. Para maior compreensão da construção épica e de viés bandeirantista feita pelos próprios irmãos Villas Bôas ver a dissertação de mestrado de Karla Amorim Sancho (2014).

a um longo processo histórico, iniciado pelos antigos moradores de São Paulo, cujas atitudes e comportamentos caracterizariam a “alma brasileira” (SILVA, 2017, p. 81). Como já dito, a construção bandeirantista em torno da Expedição Roncador-Xingu era reforçada de maneira explícita nos jornais e revistas da época. O jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 7 de agosto de 1943 – dia da benção da bandeira entregue aos expedicionários¹⁰, pouco antes da partida da expedição –, levava o título “Bandeirismo”:

A história das bandeiras constitui o mais empolgante capítulo da nossa vida. Os desbravadores paulistas, em arrancadas heróicas, alargaram as fronteiras da pátria revelando que desde os primórdios da nacionalidade não se concebiam regionalismos. Atravessando o território em todos os sentidos, abrindo picadas, enfrentando animais bravios e pantanais pestilentos, nossa gente escrevia páginas que bem marcaram a tenacidade e o valor de uma raça incomparável. [...] A evocação dos seus gestos é que mais animou e estimulou as gerações que sucederam, e continuarão a estimular as que vierem. [...] Decorridas tantas décadas repete-se hoje, na capital-dinamo, ponto de partida dos desbravadores de outrora, uma cerimônia idêntica à que assistiram os seus primeiros habitantes. [...] Serão os bandeirantes modernos, como o mesmo espírito de brasilidade, a tomar o caminho de Roncador-Xingu – pedaço da patria ainda inexplorado e virgem, que a iniciativa do Ministro João Alberto deseja apresentar ao Brasil, com todas as suas riquezas (BANDEIRISMO, 1943, p. 3).

Em 1947 a revista *O Cruzeiro*, o mais importante semanário da época, reforçava a imagem bandeirante ao estampar a foto dos três irmãos Villas Bôas com a seguinte legenda: “BANDEIRANTES: Orlando, Leonardo e Cláudio Villas Boas são figuras de lenda como Fer-

10. Solenidade simbólica que evoca à benção às monções, tão bem retratada no quadro de Almeida Júnior intitulado “Partida da monção”, de 1897, já elaborado no âmbito da construção do mito bandeirantista pós-fundação do IHGSP. Sobre o assunto ver Pitta (2013).

não Dias ou Rapôso Tavares”. Ao insistir na conexão entre bandeirantes históricos e bandeirantes modernos, a revista apresenta a “conquista do Oeste”, como um ato de grandeza nacional. Mesmo depois da queda do Estado-Novo, a conquista do Oeste continuaria. Lembremos que a construção de Brasília, antigo projeto herdado do século XIX, foi realizado nos anos cinquenta, o que mostra a força da Marcha para Oeste.

O jornal *O Estado de S. Paulo* fez uma ampla cobertura da Expedição Roncador-Xingu. Entre 1943 e 1948, foram publicados mais de 40 artigos sobre os trabalhos da expedição, mais da metade nos dois primeiros anos. Muitos dos títulos das notícias levavam o nome “bandeira” em detrimento de “expedição”. A ampla divulgação da “Bandeira Roncador-Xingu” é compreensível tendo em vista que muitos empresários paulistas foram grandes doadores de suprimentos para a expedição, o que reavivou o orgulho regionalista. Como apontou o jornal *A Noite*, 10 de junho de 1943, os paulistas foram os responsáveis por doar “motores próprios para as embarcações fluviais, apetrechos de campanha e outros utensílios de fabricação industrial” (A EXPEDIÇÃO, 1943, p. 8).

As conexões discursivas entre a Expedição Roncador-Xingu e a memória bandeirante, formada pelo repertório cultural e propagandístico, são evidentes. Resta-nos jogar luz sobre a tradição intelectual brasileira, a fim de mostrar como se formou um olhar para Oeste.

A invenção do Oeste (mais distante) na cultura intelectual brasileira

O Oeste é uma antiga obsessão brasileira, muito anterior à Marcha para Oeste das décadas de 1940 e 1950. Muito antes da mobilização

política e econômica liderada pelo presidente Juscelino Kubitschek, a ideia de uma capital no centro do Brasil já povoava as cabeças ilustradas. Não é o caso de aprofundar tal questão, mas convém notar que, já na Constituição de 1823, sob inspiração de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), era pensada uma nova capital do Império no interior do Brasil. O tema reaparece na pena do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que ao longo de sua vida intelectual escreveu diversas vezes sobre o assunto. Em 1849, em um texto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado *Memorial orgânico*¹¹, o historiador enumerou argumentos em favor de uma capital no interior do continente. O texto mais importante de Varnhagen nesse sentido, porém, é “*A questão da capital: marítima ou no interior?*”, publicado em 1877. No texto, Varnhagen narrou sua viagem ao sertão de Goiás e apontou o local que lhe pareceu mais apropriado à construção da “futura capital da União Brasileira” (VARNHAGEN, 1877, p. 25).

O assunto retorna com a República. O artigo terceiro da constituição republicana de 1891, proposto pelo constituinte catarinense Lauro Müller, estabelece o seguinte: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.000 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal” (BRASIL, 1891). O Presidente Floriano Peixoto, nacionalista, criou a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” – que durou de junho de 1892 a março de 1893 – e foi liderada pelo astrônomo belga, radicado no Brasil, Louis Ferdinand Cruls¹². O antigo projeto volta a aparecer nas Constituições de 1934 e 1946, embora o assunto não tenha avançado, em função da turbulência daqueles anos difíceis.

11. Sobre memorial orgânico ver Janke (2010).

12. Cruls (2003).

Assim como o importante historiador do século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen, o também escritor, militar e político de prestígio, Couto de Magalhães (1837-1898), escreveu sobre regiões pouco povoadas pelo processo de colonização, neste caso, a antiga província de Goiás (ESCOBAR, 1941, p. 6). Autor de textos importantes, como *Viagem ao rio Araguaia* (1863), *O Selvagem* (1876) e *Ensaios de antropologia* (1894), Magalhães, em linguagem romântica registrou a aventura do desconhecido, bem como a magnitude da natureza americana, tornando-se o “marco fundador” dos modernos relatos de viagem ao Brasil Central (MAIA, 2012, p. 100-101).

O livro *Viagem ao Araguaia*, de 1863, tem origem na experiência de Couto como governador de Goiás e foi escrito na forma de relato de viagem, narrando sua jornada à província pelo o rio Araguaia. Dentre as principais motivações ao escrever o livro é possível apontar o incentivo ao desenvolvimento de uma rede de comunicação daquela região com o restante do Brasil, com ênfase no transporte fluvial¹³. Couto de Magalhães defende ainda a mudança da capital da província de Goiás para a cidade de Leopoldina” (MAIA, 2012, p. 102). Lembremos que, décadas depois, já na Era Vargas, o estado de Goiás construiu sua nova capital, Goiânia, inaugurada em 1933¹⁴. É possível identificar

13. Não se deve esquecer que esse projeto remonta ao período colonial. Como se sabe, desde o século XVIII buscavam-se vias de comunicação fluvial entre a porção central da América portuguesa e a bacia amazônica. Viagens científicas foram patrocinadas pela Coroa portuguesa nesse sentido já no último quartel do século XVIII. Recentemente, dissertações de mestrado e teses de doutorado trataram do tema, detalhando a historicidade dessas vias de comunicação, inclusive, detalhando os usos dos rios Tocantins e Araguaia, de modo que a integração do centro e do oeste do Brasil deve ser tratado como um processo que se inicia antes mesmo da própria nação. Ver Lima (2010) e a tese de doutorado de David Michael Davidson, defendida em 1970 na Universidade de Yale, intitulada “Rivers and empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far West” (1737-1808).

14. Goiânia, atual capital de Goiás, foi planejada e construída no centro do estado em 1933. Uma proposta já antiga e que, finalmente, se concretizou no período de

na obra de Magalhães um olhar econômico sobre o espaço, visto como um local passível de exploração econômica. Eis um olhar “romântico-empresendedor” sobre essas regiões, nota Maia (*Idem*, p. 103):

De modo geral, a obra de Couto de Magalhães contribuiu para configurar um modo de falar sobre a região central do país que combinava diversas matrizes. Ao mesmo tempo que lamentava a improdutividade e a decadência desse espaço, exaltava sua qualidade encantatória e a promessa de futuro nele contida¹⁵.

Couto de Magalhães também se fez importante na construção de uma política indigenista no Brasil do século XIX, a partir de seu estudo linguístico e etnográfico patente no livro *O Selvagem* (1876). Suas posições podem ser consideradas modernas e progressistas para seu século, como nota o historiador David Treece. Magalhães defendia um método diferenciado de assimilação das comunidades indígenas na sociedade nacional, marcado pela crença no potencial civilizatório dos indígenas. Suas ideias iriam contribuir para a fundação, em 1910, da primeira agência indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Com efeito as proposições levantadas por Couto de Magalhães foram assunto de um intenso debate nos círculos políticos e intelectuais durante os primeiros vinte anos da República. O principal protagonista desse debate, o lendário Cândido Rondon, era, como Magalhães, um soldado e um cientista comprometido e profundamente envolvido com o processo de penetração econômica nos territórios indígenas do interior a oeste. Retomando os princípios de

governo de Getúlio Vargas. Em 1942 foi realizado o “batismo cultural de Goiânia” de forma a associá-la definitivamente a Campanha da Marcha para o Oeste iniciada junto ao Estado Novo.

15. Argumentos semelhantes aos de Couto de Magalhães já apareciam nos relatos de viagens, relatórios administrativos, memórias e dissertações produzidas em diversas partes da América portuguesa, desde o século XVIII. Ver Boaventura (2007) e Costa (2009).

Magalhães de “pacificação” sistemática, porém humana, utilizando como meio as próprias línguas dos índios, ele instaurou uma nova era nas relações entre a sociedade brasileira e as populações indígenas (TREECE, 2008, p. 289).

Lembremos que a questão indígena foi de grande importância para os irmãos Villas Bôas, como se verá adiante. O que nos interessa, aqui, é afirmar que as ideias e práticas operadas na Expedição Roncador-Xingu não foram eventos isolados, mas se enraízam na história do Brasil moderno. Há forte relação entre a obra de Couto de Magalhães e a visão elaborada pelo Marechal Rondon, ambos profundos conhecedores do Oeste do Brasil e militantes da integração daqueles espaços na vida econômica e social do Brasil. Trilha essa que os irmãos Villas Bôas viriam a seguir Brasil à dentro. Orlando Villas Bôas, em entrevista para a revista *Visão* em 10 de fevereiro de 1975, relata o seguinte:

Éramos gente do interior, nossos pais nos haviam ensinado a amar a terra. E nos fizeram ler livros sobre os bandeirantes Paes Leme e Raposo Tavares, além de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Viagem ao Araguaia*, de Couto Magalhães (MEMÓRIA, 1975).

É nesse sentido, que se pode observar nas obras de Cláudio e Orlando Villas Bôas a existência da “conjugação entre um olhar romântico e aventureiro sobre a região com uma perspectiva que acentua a dimensão econômica e produtiva do Brasil Central” (MAIA, 2012, p. 171), visão já esboçada nos textos de Couto Magalhães assim como nos do Marechal Rondon.

Antes de prosseguirmos, cabe uma pequena observação sobre *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, como visto, autor também lido pelos Villas Bôas. Nos sete anos que separam a publicação do livro, em 1902, e a morte trágica do autor, em 1909, a obra ganhou três novas edições, tendo mais de 10 mil exemplares sido vendidos apenas

naqueles poucos anos. Como lembra a pesquisadora Regina Abreu (1988, p. 22 e 24), o livro foi assumindo um papel de “obra sagrada” e “bíblia da nacionalidade” na vida cultural brasileira. A obra propõe um novo olhar para formação brasileira, cujo foco está no sertão e no “povo”, ou seja, o sertanejo: “antes de tudo um forte”, “a rocha viva da nacionalidade”. Já a figura de Euclides da Cunha foi revestida de ar heroico, desempenhando “funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário” (ABREU, p. 23).

No início da década de 1950, Getúlio Vargas, ao visitar Canudos, quando a Usina de Paulo Afonso estava em construção, deixou-se fotografar com um exemplar d’*Os Sertões* de baixo do braço. Juscelino Kubitschek, às vésperas da inauguração de Brasília, cita Euclides da Cunha, colocando-se como o presidente-pioneiro, desbravador dos ermos profundos do Brasil. O autor de *Os Sertões* era apresentado pelo presidente como “o novo bandeirante de uma nova entrada para a alma da nacionalidade brasileira” (ABREU, p. 6). Talvez mais do que qualquer outro produto cultural, a obra de Euclides empresta um signo de dignidade intelectual ao sertão e ao sertanejo, como uma espécie de Brasil profundo e ignorado. *Os Sertões* foi lido a partir de certa sensibilidade nacionalista, descortinando um olhar moderno ao Brasil de dentro, ainda desconhecido das elites triunfantes das grandes cidades do Sudeste do país.

Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o futuro Marechal Rondon – ele mesmo um sertanejo, como Euclides da Cunha – manteve contato com o positivismo de Auguste Comte por intermédio de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, de quem foi aluno (como Euclides também fora). Rondon formou-se na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro e, com 25 anos, tornou-se auxiliar do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro na comissão incumbida de

estender linhas telegráficas que conectaria o extremo Oeste do país ao Rio de Janeiro (MILANEZ, 2015, p. 44). Desde 1900, até sua extinção formal em 1930, a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso”, ou simplesmente “Comissão Rondon”, esteve sob o comando do Marechal. Seu trabalho foi marcado pelo “pacifismo” e pela “ordem”, rendendo-lhe reconhecimento nacional (MACIEL, 1998, p. 16).

Ele incorporou cientistas a suas expedições e produziu vasto conhecimento geográfico, geológico, botânico, zoológico e humano de uma fração imensa do Brasil, além de fotografias, filmes e registros sonoros. Durante essa experiência de ocupação territorial, Rondon formulou o que o historiador e funcionário da Funai Elias Bigio define como “estratégias políticas” de relacionamento com os povos indígenas (MILANEZ, 2015, p. 44).

O objetivo de integrar economicamente as regiões do Oeste, bem como proteger as fronteiras, foi uma antiga obsessão nacional¹⁶, desde o século XIX, presentes já em Varnhagen, ao defender a capital no interior do continente. Nesse sentido, a Comissão Rondon se inseria nas preocupações geopolíticas e militares, interessadas na segurança do território nacional e na ocupação econômica do vasto território brasileiro.

A questão indígena era cara a Rondon. Ele próprio se colocava

16. É possível afirmar que essa foi uma antiga obsessão que remonta (inclusive) aos tempos coloniais, uma vez que os portugueses, desde o século XVIII, após as descobertas auríferas no Mato Grosso e em Goiás, respectivamente, buscavam integrar o Oeste e proteger as áreas que consideravam de sua soberania. Nesse sentido, o trabalho de Heloísa Liberalli Bellotto sobre o Morgado de Mateus deixa bem claro a preocupação da Coroa, através desse governador destacado para a Capitania de São Paulo, em construir o Presídio Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, na margem esquerda do rio Iguatemi. Ademais o trabalho de André Nicácio Lima aponta para os projetos de integração tocados pela Coroa desde o século XVIII, principalmente, a partir da abertura de vias de comunicação fluviais com outras partes da América portuguesa. Ver Bellotto (2007) e Lima (2010).

como herdeiro de uma tradição marcada pela “defesa” das populações nativas, composta por Nóbrega e Anchieta, passando pelo Marquês de Pombal, João Francisco Lisboa e, sua principal referência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Rondon afirmava que o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) teria sido inspirado nos “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” de Bonifácio¹⁷. O órgão, criado pelo Decreto nº 8.072, de junho de 1910, teve seu nome e função modificados em 1918 para Serviço de Proteção aos Índios (MILANEZ, p. 45).

Marechal Rondon influenciou toda uma geração de sertanistas, entre eles os irmãos Villas Bôas, com quem manteve grande contato. Todos participaram da criação do Parque Nacional do Xingu, nele os três princípios básicos do marechal estavam presentes: “a proteção eficiente dos grupos indígenas, o respeito por sua identidade cultural e a assistência desinteressada” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 64). É fundamental observarmos que os escritos da Comissão Rondon contribuíram para modelar uma linguagem científico-estatal sobre o Brasil Central. Os textos combinavam impressões mais gerais sobre os “sertões do Mato Grosso” e anotações variadas sobre o trajeto, os aspectos geográficos e culturais das regiões, as dificuldades, entre outras informações, de modo a compor um de diário de campanha (MAIA, 2012, p. 129). Método posteriormente utilizado pelos irmãos Villas Bôas, na Expedição Roncador-Xingu (A BANDEIRA, 1943).

O repertório cultural sobre o Oeste e os sertões é mais extenso daquele aqui apresentado. Convém ainda destacar as publicações, nos anos 1930, da Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, que editou as grandes viagens de Auguste de Saint-Hilaire. Parale-

17. Por sua vez, inspirado na memória de José Arouche de Toledo Rendon, formulada pela primeira vez em 1798. Sobre a política indigenista do paulista Rendon, inspirador de José Bonifácio. Ver Beier (2016).

lamente, foram publicadas outras narrativas de expedições realizadas por jornalistas e aventureiros de São Paulo, apresentados como novos bandeirantes, que rumaram ao desconhecido Brasil Central. É o caso da obra *Roncador* (1ª ed. 1939) de Willy Aureli e das obras *Garimpos de Mato Grosso* (1ª ed. 1936) e *Nos sertões do Araguaia: narrativas sobre a expedição às glebas bárbaras do Brasil Central* (1ª ed. 1935), ambas escritas por Hermano Ribeiro da Silva.

Não é o objetivo desse artigo aprofundar a compreensão dessas obras, já estudadas por João Marcelo Maia, mas notar que a produção desses autores que, escreveram voltados para o grande público – seja na imprensa, seja por meio de livros –, ajudaram a construir uma visão do Brasil Central como um local privilegiado para expansão paulista, onde “a linguagem da aventura ajustava-se sem muitos problemas ao olhar colonial que produzia as diferenças regionais e raciais” (MAIA, p. 109). Hermano Ribeiro da Silva, jornalista e escritor, havia percorrido na década de 1920 parte do Mato Grosso. Em 1932 ele organizou uma expedição ao Médio Araguaia, junto à um outro renomado paulista, Francisco Brasileiro, futuro subchefe da Expedição Roncador-Xingu. A empreitada lhe rendeu a obra *Nos sertões do Araguaia* e, em 1937, Silva foi nomeado chefe da *Bandeira Anhanguera*, integrada por Affonso Taunay. Ao longo da viagem os jovens paulistas encontram com um grupo de ingleses a procura de rastros do lendário coronel Fawcett, desaparecido em 1925¹⁸.

Animado pelos mistérios em torno da lendária Serra e pelo próprio desaparecimento de Percy Fawcett, Willy Aureli, outro jornalista paulista, organizou em 1936 a *Bandeira Piratininga*, que daria origem a

18. Curiosamente, em 1952, orientado pelos índios Kalapalo, Orlando Villas Bôas encontrou uma ossada atribuída ao coronel inglês que havia adentrado o Brasil Central em busca de uma cidade perdida na Serra do Roncador (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 70-77).

sua obra *Roncador* (MAIA, 2012, p. 114). Na época a própria existência da serra havia sido considerada duvidosa por expedicionários anteriores. Sua narrativa, assim como a de Hermano, trazia nítida influência dos relatos de viagem anteriores como os de Couto de Magalhães e do marechal Rondon. O objetivo do autor era localizar a lendária montanha e revelá-la ao país, hasteando a Bandeira Nacional no alto da Serra.

[...] nesses relatos o Brasil Central é tanto futuro de promessa quanto o presente desértico, onde não prosperam as virtudes burguesas. [...] Mediadores do Brasil Central, esses personagens produziram relatos ao gosto dos leitores do Sudeste, ansiosos pelo exotismo e pelos apelos civilizatórios de redenção da região (MAIA, p. 115-116).

As contribuições do sociólogo João Marcelo Maia – estudioso da Fundação Brasil Central – se fizeram importantes, mas escapou-lhe a importância da historiografia paulista e os efeitos de memória por ela construída na criação de um imaginário sobre o Brasil Central. Janaina Amado percebeu a força do discurso na formação de certa imagem para o Brasil de dentro:

A historiografia tem sido uma forte aliada da mitologia na fixação dos símbolos brasileiros de identidade. Até meados do século XIX, a historiografia no Brasil esteve basicamente interessada no litoral, estudando essa área como se representasse o país inteiro, ignorando sertão e Amazônia. Isso ajudou a promover a imagem da costa como o centro da civilização (AMADO, 1995, p. 66).

Affonso de Taunay¹⁹ (1876-1958) foi o mais influente historiador em torno da história dos bandeirantes, que marcou a historiografia pro-

19. Assim como o engenheiro Taunay se fez historiador, também se fez paulista. Affonso nasceu no Desterro (hoje Florianópolis), quando o seu pai, o escritor Alfredo de Taunay, governava a província de Santa Catarina. Visconde de Taunay, pai de Affonso, era, por sua vez, filho do pintor Felix Émile e neto do também pintor

duzida em São Paulo na primeira metade do século XX. Ele foi profundamente influenciado pela pessoa e obra de Capistrano de Abreu²⁰, autor de *Capítulos de história colonial*, publicado em 1907. A obra do historiador cearense representou um deslocamento historiográfico, diminuindo a agência conferida à Coroa portuguesa, à história política, ao litoral (e ao tom monarquista), tal como aparecia na obra Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878); em benefício dos indígenas, dos sertanejos, dos caboclos, os caminhos do interior, dos sertões mais distantes. Taunay foi instigado e mesmo convencido por Capistrano a estudar os bandeirantes.

No discurso de posse como presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1939, Taunay delineou seu percurso e conferiu Capistrano de Abreu a condição de “mestre”, orientador da escolha de temas e de abordagem²¹. Como mostra a correspondência entre os dois historiadores, Capistrano acompanhou a construção da obra de Taunay, desde o início do século XX, especialmente nas décadas de 1910 e 1920. Karina Anhezini, importante estudiosa da obra de Taunay, afirma que a leitura da correspondência enviada “por Capistrano de Abreu a Taunay permite acompanhar as discussões que permearam a composição tanto de algumas obras de Taunay quanto de Capistrano a respeito do passado brasileiro, bem como é possível compreender os contornos do ambiente intelectual no qual

Nicolas-Antoine Taunay, que chegou a Corte de Dom João, compondo a chamada “missão francesa”. A mãe de Affonso de Taunay foi Cristina Teixeira Leite, filha do barão de Vassoura, neta do primeiro barão de Itambé e sobrinha-neta do Barão de Ajuruoca, gente ligada a grande propriedade escravocrata da Província do Rio de Janeiro.

20. João Capistrano Honório de Abreu (1853- 1927) foi um dos principais historiadores brasileiros. Sua obra tem recebido inúmeros investimentos historiográficos na última década. Sobre o assunto, ver Amed (2006); Gontijo (2013); Oliveira (2006).

21. Taunay (1939, p. 11).

eles estavam inseridos”²². Não é do interesse deste estudo aprofundar o assunto, mas mostrar a existência de vasos comunicantes entre as obras dos dois autores na valorização historiográfica sobre o interior do Brasil. A valorização dos sertões, por Capistrano – e depois por Taunay, em termos marcadamente ideológico e regionalista – é parte da construção de um movimento rumo ao interior do continente.

Affonso de Taunay, um dos historiadores mais influentes entre as décadas de 1920 e 1950, não escreveu apenas uma obra historiográfica sobre o período colonial, mas também compôs, através do Museu Paulista que dirigiu entre 1917 e 1945, um forte discurso visual, em que o bandeirante paulista, devassador do interior da América nos séculos XVI e XVII, é o grande personagem.

O autor escreveu a *História geral das bandeiras paulistas*, obra em 11 volumes, publicadas entre 1924 e 1950. Nesse momento – junto aos esforços de preparação das celebrações para o Centenário da Independência em 1922, da gestão do Museu e da intensa colaboração em Jornais, especialmente no *Correio Paulistano*²³ – Taunay publicou quatro importantes livros, já filhos do Museu, pois nascidos de preocupações que se interligavam. Em 1920, aparece *São Paulo nos primeiros anos*. No ano seguinte vem a lume *São Paulo no Século XVI*. Em 1922, é publicado o primeiro livro exclusivamente dedicado à expansão paulista, intitulado *Na Era das Bandeiras*. Já em 1923 o diretor do Museu Paulista publicou *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. Apesar da imensa diligência do historiador, não é possível imaginar tamanha produtividade senão sob as condições que o cargo de diretor do Museu lhe proporcionou.

Nos anos que vão de 1917 a 1923 Taunay lança as bases para rea-

22. Anhezini (2009, p. 253).

23. O *Correio Paulista* era ligado ao PRP e contava colaboradores como Plínio Salgado, Menotti Del Pichia, Alfredo Ellis Jr, e do próprio Taunay.

lização da “operação historiográfica” marcada pela apologia aos bandeirantes e por uma leitura geopolítica da expansão dos homens da capitania de São Paulo no período colonial, aspectos até hoje associados à sua obra. Já muito analisada, não é objetivo destas linhas insistir na monumentalização das bandeiras, mas chamar a atenção para um aspecto decisivo: a grandeza dos velhos sertanistas de São Paulo na incorporação de mais da metade do território brasileiro. Interessa-nos, aqui, destacar que a leitura do passado colonial estava ajustada às pretensões hegemônicas da elite paulista.

A historiografia nasce do lugar social do historiador e das instituições que lhe dão suporte material e simbólico. Para Michel de Certeau (1982, p. 66), “a escrita da história se constrói em função de uma instituição”. Em outras palavras, é por meio das instituições que a História enquanto disciplina se organiza e se constitui. O discurso visual e a própria historiografia de Taunay só foram possíveis graças ao suporte material e institucional do Museu, pois garantiu a compra de livros raros, documentos, mapas, assim como contratou artistas e pintores, como tem destacado as historiadoras Ana Claudia Fonseca Brefe (1999) e Karina Anhezini (2006). O percurso de Taunay junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à Academia Brasileira de Letras (ABL) e, evidentemente, ao Museu Paulista, além da USP²⁴, evidenciam as relações de Taunay com a elite paulista²⁵.

24. Universidade de São Paulo foi criada em 1934, como uma das respostas para o trauma da derrota paulista na Revolução constitucionalista. Afonso de Taunay, entre 1934 e 1937, e a Alfredo Ellis Jr (1939-1941) foram os dois primeiros responsáveis pela cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apesar de diferenças e nuances, os dois historiadores construíram uma produção historiográfica profundamente comprometida com o que poderíamos chamar de visão paulista da História do Brasil, em que os bandeirantes, supostos construtores do território, tinham papel de destaque.

25. Historiadores, como Katia Abud (1985), Cecília Helena de Salles Oliveira

A construção do discurso bandeirista formulado pelo Museu Paulista, sob a gestão de Taunay, foi fundamental na elaboração de um discurso fundado sobre a ideia do “bandeirante”. Escrevendo sobre o passado, o texto do historiador ecoava o presente. Todo o investimento historiográfico na formação de uma memória bandeirante beneficiou a construção de um discurso legitimador em torno da Expedição Roncador-Xingu. Como já foi dito, a imprensa paulista teve um lugar central nesse processo. O jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 8 de agosto de 1943, comunicou aos seus leitores, em grande parte formados pela elite paulista, a cerimônia realizada na Basílica de São Bento, junto ao túmulo de Fernão Dias Pais Lemes, o conquistador das Minas em fins do século XVII. A benção da moderna bandeira nacional, naquele local, evidencia o investimento simbólico (e mesmo prático – as doações) na Expedição Roncador-Xingu pelas lideranças de São Paulo. O texto afirmava que:

a cerimonia como a de ontem: benção da bandeira que intrépidos sertanistas conduziram consigo na sua arrojada marcha pelos sertões. A manhã de ontem foi bem paulistana. Muito fria, cheia de poeira e garoa que caía sobre o asfalto. Manhã de inverno bandeirante, como que propositadamente encomendada para evocação da época de Fernão Dias, de Borba Gato, de Anhanguera e de outros tantos destemidos filhos de S. Paulo (CERIMÔNIA, 1943).

Na mesma ocasião, foi proferido um discurso pelo jurista Godofredo da Silva Teles na entrega do Pavilhão Nacional, bordado à mão por senhoras paulistas, e entregue ao tenente-coronel Mattos Vani-que, o chefe da Expedição Roncador-Xingu. O discurso reforçava o viés bandeirantista e nacionalista: “Ser bandeirante é ser aquele que avança e aquele que conquista”. Ou, noutro trecho: “O simbolismo

(2000) e Wilma Peres (2011), entre outros, têm explorado diferentes aspectos da obra desse historiador paulista.

da bandeira erguida no clarão radioso das alturas, dar-vos-á para sempre, senhores bandeirantes, o sentido de vossa obra em favor nossa pátria.” A cerimônia seguiu-se com a palavra do ministro João Alberto Lins de Barros²⁶. Em seguida, o próprio historiador Affonso de Taunay, naquela época reputado como importante historiador de São Paulo, presenteou os expedicionários com um de seus livros: *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1950). O simbolismo do ato é de tal modo evidente que dispensa maiores comentários.

A Expedição Roncador-Xingu (1943-1948)

A intelectualidade teve papel central para o reconhecimento do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integrar os sertões e toda a ideologia nacionalista de integração nacional²⁷. Nesse momento, de mudança histórica profunda, “a cultura foi entendida como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram” (CAPELATO, 2017, p. 125). Desse modo, a partir da propaganda e de um inédito aparato repressivo pretendeu-se garantir ‘o bem-estar social’ para a execução das novas políticas e, assim, dos novos desígnios da nação.

26. João Alberto Lins de Barros (1897-1955) foi um militar e político brasileiro. Na década de 1920 percorreu o interior do Brasil como membro da Coluna Prestes e, no Estado Novo de Getúlio Vargas, foi ministro da Coordenação Econômica e primeiro presidente da Fundação Brasil Central.

27. A construção desse conjunto de preocupações foi feita a partir de dois níveis de atuação: o Ministério da Educação, que era voltado para a formação da cultura erudita, preocupada com a educação formal; e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que através do controle da comunicação buscava orientar as manifestações da cultura popular. Este último foi a arma de maior eficácia da disseminação do discurso varguista. A partir de sua atuação nos jornais, no cinema e no rádio (principal formador da consciência cívica e da opinião pública) foi fabricada a necessidade (e posteriormente a imagem) de uma grande comunidade nacional, como bem apontou Mônica Pimenta Velloso (2017).

É nesse sentido que no dia 3 de junho de 1943, através da Portaria nº77 da Coordenação de Mobilização Econômica (CME)²⁸, o governo instituiu a Expedição Roncador-Xingu (ERX). Como mostra o documento de sua criação, o adentramento representava um passo decisivo para a realização do plano de integração nacional do governo, “considerando a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões das cabeceiras do rio Xingu”, na época, tido como um dos locais “mais desconhecidos da terra”²⁹. Como viria afirmar Orlando Villas Bôas em 1994:

Os objetivos eram formulados claramente – instalar campos de pouso e bases militares, abrir caminhos e picadas, construir pontes. Além da função de desbravamento do interior, a meta era estabelecer bases de apoio radiotelegráficas e campos de pouso que permitissem a integração das redes de comunicação nacionais, ameaçada pelos grandes vazios demográficos (VILLAS BÔAS, 2012, p. 18).

Como já foi introduzido, a empreitada foi amplamente divulgada nos meios de comunicação. No dia seguinte a criação da expedição, no dia 4 de junho de 1943, *O Estado de S. Paulo* anunciava a seguinte notícia: “Grande Expedição partirá em breve para a Serra do Roncador” (GRANDE, 1943), na qual o ministro João Alberto esclareceu o roteiro da expedição e suas “missões”. Também foi enfatizado que a expedição contaria com estações de rádio, cientistas, técnicos, geólogos e “homens de estudo”. Ademais, é negado o uso de capitais estrangeiros e afirmado o caráter de auto-colonização. No dia seguinte, o jornal *A Noite* (RJ) anunciava a expedição trazendo na sua capa o título “Bandeira do século XX” (BANDEIRA, 1943, p. 6). Já o jornal

28. Órgão responsável pelo controle da economia brasileira em tempos de guerra, sendo o seu presidente, João Alberto Lins de Barros (1897-1955), o grande incentivador da Expedição Roncador-Xingu (MAIA, 2012, p. 63).

29. Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

Diário de Notícias (RJ), no dia 12 de junho de 1943, anunciava a expedição com a seguinte chamada: “Para levar a civilização ao maciço central brasileiro” (PARA, 1943, p. 5).

A partir dessas notícias, ficam mais nítidas as ideias complementares apresentadas no decorrer do artigo: a construção de uma imagem bandeirante para a expedição, e a afirmação do litoral – e principalmente de São Paulo – como o local privilegiado pela civilização. De modo que no Estado Novo a preocupação maior era converter a cultura (popular e erudita) em instrumento de ação prática. Como aponta Mônica Velloso (2017, p. 172), a busca de um caráter nacional (integrado) “vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais”, como já foi apresentado.

Junto à Roncador-Xingu, o Estado teve como “ponta de lança” de sua política de interiorização a Fundação Brasil Central (FBC), criada em 4 de outubro de 1943, através do Decreto-Lei presidencial nº 5.878. O primeiro artigo estabelecia seus objetivos: “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MEIRELES, 1960, p. 27). A fundação tinha a incumbência de implantar núcleos populacionais (ou colonizadores) nos pontos ideais marcados no trajeto da expedição, além de orientar e administrar os trabalhos da mesma – como fica expresso no segundo artigo. Seu presidente, João Alberto Lins de Barros – também ministro da Coordenação de Mobilização Econômica –, foi quem indicou o Coronel Flaviano de Matos Vanique ao cargo de chefe da expedição.

É interessante notar que a Expedição Roncador-Xingu de certa forma encerrou o conjunto de Expedições oficiais aberto por Marechal Rondon no início do século XX (VILLAS BÔAS, 2005, p. 42). Todas tinham a tarefa de expandir a comunicação entre os diversos brasis, assim como expandir a autoridade central sobre as fronteiras.

A desconexão entre as várias regiões do Brasil foi uma questão a ser vencida pela Comissão Rondon a partir da instalação de linhas telegráficas pelo Brasil à dentro³⁰. Já a Expedição Roncador-Xingu tinha por objetivo a criação de uma rede de apoio para a ligação aérea entre o Rio de Janeiro e o Brasil Central (MENEZES, 200, p. 33). Assim como a Comissão, a expedição foi considerada de interesse militar através do Decreto-Lei de nº 5.801 de 8 de setembro de 1943 (OLIVEIRA, 1976, p. 177). A operação pode ser compreendida como uma postura tomada pelo governo para confirmar sua soberania sobre regiões ainda pouco exploradas, sobretudo com o pano de fundo da Segunda Guerra Mundial.

O contexto internacional do período entreguerras inflamou medidas de territorialização da autoridade que já vinham sendo tomadas. Faz parte desse contexto: a divisão regional do país nas décadas de 30 e 40, a criação do IBGE em 1934, a criação das Colônias Agrícolas em 1941, a mobilização de trabalhadores nordestinos no cultivo da borracha desencadeados pelos Acordos de Washington e, em 1942, a criação da Coordenação de Mobilização Econômica (CME). O projeto de integração nacional foi uma política pública de altíssima densidade, onde foram utilizados fatores de ordem geográfica (o corpo da nação), e fatores de ordem simbólica (a alma da nação), ambos já apresentados. O momento aqui recortado pode ser entendido como o da realização da conquista dos sertões, para torná-lo ocupado e integrado, contribuindo para a grandeza, riqueza e modernidade do país. A ideia proposta por Getúlio Vargas era, portanto, unir o “corpo” e a “alma” do Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

30. Cabe dizer que desde o Império houve a promoção de comissões telegráficas, que tinham por objetivo o caráter de zelar pela segurança das fronteiras, assim como de integrar economicamente as regiões. Objetivos esses também designados para a Expedição Roncador-Xingu, como bem destacou Felipe Milanez (2015).

Após os expedicionários deixarem a cerimônia em São Paulo, partiram para Uberlândia – “a boca do sertão” (OLIVEIRA, 1976, p. 23-24). No dia 21 de agosto de 1943 a Expedição Roncador-Xingu chegava no ponto escolhido para o adentramento, Barra do Garças (OLIVEIRA, 1976, p. 23-24), onde foi estabelecida a primeira base da expedição na junção rio Araguaia com seu maior afluente, o rio das Garças. O local foi denominado Aragarças:

Barra Goiana/Aragarças tornou-se a base efetiva da Fundação Brasil Central. Lá foram instalados todos os serviços burocráticos, um hospital, uma igreja, uma escola, um espaçoso hotel e um aeroporto, que se chamaria Salgado Filho, além do marco zero da expedição (VILLAS BÔAS, 2005, p. 50).

É de grande valor simbólico que a Roncador-Xingu tenha partido do rio Araguaia, há tempos, um dos principais meios de penetração para o Brasil Central, por onde haviam passado bandeirantes, garimpeiros, missionários e expedicionários estrangeiros e nacionais. Dentre as grandes expedições no Araguaia temos: Couto de Magalhães (1861-1871), Frei Gil Vilanova (1897), Marechal Rondon (1891-1930), a Coluna Prestes (1925-1927) e, é claro, a Marcha para o Oeste (BORGES, 1987). Tendo em vista que a expedição respondia a “uma forte expansão do poder estatal e por um cumulativo processo de investimento estatal sobre o território brasileiro” (MAIA, 2012, p. 63), seu roteiro foi traçado no próprio ato de sua fundação:

a) partindo da cidade de Leopoldina, sobre o rio Araguaia, em Goiás, seguir em direção geral de Noroeste rumo à Santarém, sobre o Amazonas; b) procurar o ponto mais favorável sobre o Rio das Mortes e fundar um estabelecimento de colonização; c) continuar a marcha galgando a serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento

da expedição e exploração do território; d) Invernar nesse local preparando o campo de aviação e iniciando os trabalhos agrícolas e de construção³¹.

A rotina dos expedicionários fora delineada de maneira rigorosa a partir dos parâmetros de comportamento desenvolvidos na Comissão Rondon, com horários fixados para atividades desde o amanhecer até o pôr-do-sol. Nos acampamentos da expedição eram constantemente realizadas cerimônias cívicas como o hasteamento diário da Bandeira e o canto do Hino Nacional. O grande apelo ideológico da Campanha da Marcha para o Oeste – visível dentro da expedição – pode ser tido, segundo a historiadora Elizabeth Cancelli (2017, p. 13-14), como uma síntese do pensamento varguista. Afinal, é nele que podemos observar as principais bases ideológicas que atravessaram as estratégias de dominação e construção do Estado. Esse projeto de ocupação do interior tinha como ponto fundamental para unir a população o nacionalismo. Ideólogos do Estado novo, como Francisco Campos e Alberto Torres, propunham teses que defendiam a unidade nacional como “força aglutinadora de interesses” em detrimento ao liberalismo – gerador da fragmentação brasileira na República Velha (CANCELLI, 2017, p. 15-23).

A intenção sempre repetida pelo Estado Novo era a de fazer com que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas: um pressuposto de representação da unidade nacional. O símbolo da unidade nacional, da coincidência econômica e política, carregava um dos elementos-chave que tudo faria possível: a entrega ao trabalho (CANCELLI, 2017, p. 53).

Desse modo, é possível compreender que a política adotada não se tratava de apenas ocupar o espaço, mas de desenvolver determi-

31. Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

nados espaços. Logo, as políticas de valorização do trabalho e do trabalhador nacional estavam em perfeito acordo com as políticas de colonização impulsionadas pelo governo, afinal ambas fizeram parte de um mesmo programa político. O Estado passou a assumir “o controle da ocupação e da reprodução das relações sociais nos *espaços vazios* (grifo nosso), marcando, significativamente, o sentido social e político da imigração para o Oeste brasileiro” (SILVA, 2017, p. 64). Foi a partir do trabalhismo como estratégia ideológica do Estado Nacional que procurava-se construir simbolicamente a imagem de nação como instituição orgânica ou como um corporativismo social, o que de certa forma era uma estratégia para amenizar a face autoritária do governo. A orientação corporativista encontrou suporte no principal instrumento ideológico de colonização, a Marcha para o Oeste:

Os discursos sobre a marcha evidenciavam a imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses discursos estimulavam a sensação de pertencimento ao desenhar a nação como corpo em movimento, no qual todos eram participantes (SILVA, 2017, p. 66).

Afinal, a expansão e a colonização das fronteiras eram apresentadas como uma tarefa do trabalho coletivo. Nesse sentido, o discurso da *Marcha* pode ser visto como uma continuidade das políticas de valorização do trabalho, em particular, do trabalhador rural. Como se viesse para equilibrar a disparidade entre os benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais durante o período do governo Vargas.

Desse modo, se faz pertinente falar dos que constituíram a maior força de trabalho dentro da Expedição Roncador-Xingu: sertanejos, índios e garimpeiros, que iam sendo recrutados aos poucos ao longo do percurso rumo ao Brasil Central. Segundo as memórias de Orlando

Villas Bôas, publicadas em 1994, “homens que seriam uma pitoresca manifestação do comportamento humano livre das amarras impostas pela civilização” (VILLAS BÔAS, 2012, p. 56). Além disso a expedição contou com a presença de exploradores já renomados, como é o caso do pernambucano Chico Meirelles, ou do paulista Francisco Brasileiro.

Durante sua jornada, a Roncador-Xingu contou com a presença de diversos exploradores anônimos, responsáveis por abrir cerca de mil e quinhentos quilômetros de picadas, por onde nasceram quarenta e duas cidades e vilas, bem como foram construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro acabaram por se transformar em bases militares, constituindo hoje importantes pontos de apoio na segurança de voo nas rotas internas e internacionais (VILLAS BÔAS, 2012, p. 18).

A atuação dos irmãos Villas Bôas

Dentre esses trabalhadores, três irmãos sem nenhuma experiência da vida do sertão, adquiriram especial destaque após realizarem contatos pioneiros com as populações indígenas dos locais percorridos, permanecendo quase quatro décadas no maciço Central do Brasil. Filhos de um advogado do interior paulista, Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas³², mudaram-se para São Paulo ainda crianças e na capital tiveram a educação da classe média alta. Com a morte dos pais, o vínculo dos irmãos com a cidade grande se perdeu, e a época coincidiu com o momento em que o governo anunciava a Expedição Roncador-Xingu. Em 1943, após a primeira e falha tentativa de ingressar na expedição em São Paulo, recebendo a resposta de que não

32. Orlando Villas Bôas (Santa Cruz do Rio Pardo, 12 de fevereiro de 1914 – São Paulo, 12 de dezembro de 2002); Cláudio Villas Bôas (Botucatu, 8 de dezembro de 1916 – São Paulo, 1 de março de 1998); Leonardo Villas Bôas (Botucatu, 1918 – São Paulo, 1961).

contratariam “gente de cidade”, os irmãos rumaram para o sertão de Goiás (VILLAS BÔAS, 2005, p. 35).

Apresentaram-se, então, como peões analfabetos em Aragarças, onde foram aceitos. Os irmãos permaneceram por cerca de seis meses na construção dos prédios de assistência da primeira base da expedição. A partir do momento que se tomou conhecimento do grau de instrução dos três, foram prontamente designados para novas funções. Orlando assumiu a secretaria da base, Cláudio recebeu a chefia do almoxarifado e Leonardo tornou-se chefe do pessoal, assumindo o papel de interlocutores imediatos do Coronel Vanique, uma vez que o chefe da expedição não vivia diretamente nos acampamentos (GALVÃO, 2014, p. 11-12).

A primeira etapa da expedição foi vencida em fevereiro de 1944, momento em que o rio das Mortes (MT) foi alcançado. Começou a ser montado um novo acampamento: “Xavantina” – nome dado em homenagem aos indígenas da nação Xavante que habitam aquela região. Foi na região do rio das Mortes que a expedição foi considerada perigosa por conta da proximidade e quantidade de aldeias Xavantes avistadas nos voos de reconhecimento de território. O Cel. Matos Vanique, junto ao então governador de Goiás, Pedro Ludovico, propuseram que fossem enviados soldados da polícia goiana para ajudar na segurança da expedição. A ideia foi recusada pelo ministro João Alberto diante da desaprovação de marechal Rondon (VILLAS BÔAS, 2005, p. 53-54).

Era a primeira vez que a Roncador-Xingu pisava na terra dos Xavantes, estes, embora relativamente isolados, já eram conhecidos pelos homens brancos como arredios e desde o início da expedição foram motivo de preocupação³³. Esse momento foi amplamente divul-

33. Para mais informações sobre os Xavante e o processo de pacificação por eles

gado pela imprensa. Já em fevereiro de 1944 o jornal *O Globo Expedicionário* publicou uma notícia com o título: “Rondam os chavantes o acampamento da Expedição Roncador-Xingu” (RONDAM, 1945, p. 3). A revista *O Cruzeiro* (RJ) do dia 24/06/1944 trazia uma matéria com o seguinte título “ENFRENTANDO OS CHAVANTES!”, texto nas páginas seguintes dizia:

A segunda invasão vai começar. É a invasão da maior área desconhecida do mundo, o centro do Brasil. Algumas dezenas de homens brancos estão na fronteira do território chavante. Transposto o sinistro e poético Rio das Mortes, eles pisarão a terra proibida e lendária. Vinte mil índios, heróicos e atlético, estão à sua espera. Dia após dia, noite após noite, eles os acompanharão, como sombras nas sombras noturnas das planícies e da serra. Um dia – ou uma noite – o primeiro ataque ferirá o silêncio e a guerra principiará. Eles, os selvagens, defenderão, palmo a palmo, o chão da Pátria. A sua Pátria. A nossa Pátria. Tão nossa quanto desses guerreiros. Bravos guerreiros de alma e bordunas mais duras que o secular jequitibá (ENFRENTANDO, 1944, p. 49).

A frente expedicionária chegou a ser atacada cerca de dezoito vezes, sendo muitos os cuidados tomados para evitar um confronto. No final de 1945 chegavam ao fim da serra do Roncador, onde deveria ser construído um campo de pouso e implantado um núcleo de povoamento, com o objetivo de fixar cerca de duzentas famílias anualmente (GALVÃO, 2014, p. 18). Era, assim, vencida outra importante etapa da Expedição Roncador-Xingu.

Nos cinco anos que a expedição avançou sertão à dentro foram constantes as cerimônias cívicas apinhadas de simbologia patriótica. Como aponta Maria Eduarda C. G. Galvão: “comemorações especiais eram embaladas por discursos eloquentes, o que reforça a ideia de que havia uma intenção de fixar símbolos que carregam uma afi-

sofrido consultar Garfield (2011).

nidade especial com o que representam” (GALVÃO, 2014, p. 21). O 7 de setembro de 1943, primeiro experimentado pela Expedição Roncador-Xingu, foi marcado pelo primeiro hasteamento do pavilhão nacional pelo coronel Vanique na presença de todos os expedicionários. Seguiu-se com a leitura do *Boletim nº 1* que exaltava o pavilhão nacional como símbolo da liberdade e da independência do Brasil. Ao final do *Boletim*, escrito pelo chefe da expedição, era reafirmada a relação estabelecida entre os bandeirantes históricos e a Roncador-Xingu: “Levaremos conosco essa fé inquebrável de que somos portadores, a lembrança da bravura de nossos antepassados bandeirantes e a convicção de nossa vitória” (OLIVEIRA, 1976, p. 26-27).

Poucos dias depois, no dia 10 de setembro, sob a orientação do Coronel Vanique e do ministro João Alberto, foi fincado um obelisco no local escolhido para designar o *Marco Zero* da expedição, no mesmo dia que iniciaram-se os trabalhos de penetração. O momento foi registrado através do *Boletim nº 3* com o seguinte texto proferido pelo coronel:

Rompendo hoje a nossa marcha, com a mesma fé que animou há séculos os primeiros desbravadores destes sertões, determino que seja fixado esse cruzeiro como Marco Zero, símbolo da determinação inquebrável que nos guia, impostos por nossa querida Pátria (VARJÃO, 1989, p. 77).

Em junho de 1945, a expedição teve um de seus mais esperados momentos: a visita do Presidente Getúlio Vargas ao acampamento do Rio das Mortes. O Chefe da Nação, chegou acompanhado do Ministro de Guerra³⁴, do Secretário da Presidência³⁵, do interventor Federal de Goiás³⁶ e do Ministro João Alberto, entre outros. Eviden-

34. Eurico Gaspar Dutra (1883-1974).

35. Luiz Fernandes Vergara (1894-1973).

36. Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979).

temente, a comitiva também foi acompanhada dos representantes da Imprensa metropolitana: *Agência Nacional, Noite e O Globo* (OLIVEIRA, 1976, p. 119-126). O Jornal *A Noite* do dia 26 de junho de 1945 trazia em sua capa a seguinte notícia “A Marcha desbravadora da Expedição Roncador-Xingu”, onde dizia que “com a visita do presidente Getúlio Vargas a Aragarças, está como que oficialmente inaugurado este primeiro e importante núcleo colonizador da Expedição Roncador-Xingu” (A MARCHA, 1945, p. 1 e 9). Na cerimônia de recepção ao presidente foi lido para os trabalhadores o boletim alusivo à presença de Vargas:

Expedicionários! Sentido! Estamos em presença de S. Excia., o Dr. Getúlio Vargas, símbolo vivo de marcha para o Oeste. É esta a segunda vez que S. Excia. penetra os ínvios sertões do Brasil e, pela primeira vez na história do nosso País, um presidente afasta-se do Palácio do Catete, para ver de perto como o Brasil toma posse de si mesmo (OLIVEIRA, 1976, p. 120-121).

A visita de Getúlio Vargas ao acampamento da Expedição Roncador-Xingu foi outro momento chave e extremamente simbólico na construção da Campanha da marcha. A empreitada dava continuidade às viagens que Vargas empreendera para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil no começo dos anos 1940. Ademais, o discurso proferido faz menção a um Brasil que “toma posse de si mesmo”, o que carrega a noção de um local que questiona as forças e ordens vigentes. Esse local é a fronteira, onde seria “diluída a dicotomia litoral/sertão” (GALVÃO, 2014, p. 26) a partir da chegada da civilização, materializada na Expedição Roncador-Xingu. Como aponta Maria Eduarda C. G. Galvão:

Na fronteira, os valores seriam relativizados, conjugando-se a civilidade, importada do litoral, e um Brasil ainda autêntico, não contaminado por estrangeirismos. Seria, portanto, o espaço ideal para

construção de uma nacionalidade equilibrada e harmonizada, vislumbrada pelo governo. Sendo assim, a bandeira da civilização, carregada pelos expedicionários, deveria sincronizar os ritmos sociais distintos entre sertão e litoral (GALVÃO, 2014, p. 26).

Entre 1943 e 1948 foi estabelecido o contato com diversas populações indígenas desse “Brasil ainda autêntico”, após os Xavante na região do rio das Mortes, foram contatados os Kalapalo na região do rio Kuluene – um dos formadores do Xingu. A vanguarda atingiu, finalmente, o rio Xingu em 1947, quando foi construído o posto Jacaré e quando se deu o contato com os povos Kamayurás, Mehinakús e Awetis. Um ano depois em uma exploração da região do rio Tanguro foram contatados os índios Waurás (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 116-131).

Inspirados nos princípios de Rondon, os Villas Bôas desenvolveram trabalhos pacíficos com as populações indígenas dos locais percorridos o que rendeu a nomeação dos irmãos, em 1948, como representantes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Alto Xingu (MILANEZ, 2015, p. 53). Ainda segundo esse autor: “anos depois do pioneirismo de Rondon, ao longo da ‘Marcha para o Oeste’ a atuação dos irmãos Villas Bôas deu novo destaque à prática” (MILANEZ, 2015, p. 41), a partir de um viés pacifista e humanitário e, que pode ser traduzido no lema “Morrer, se preciso for; matar nunca!”³⁷.

Ainda em 1948 foi decretado o fim da Expedição Roncador-Xingu através da Resolução nº 254 da presidência da Fundação Brasil Central. Foram estabelecidas duas novas etapas de penetração: uma para

37. O lema “Morrer, se preciso for; matar nunca!” materializa a forma como Rondon organizou a ação empregada com os indígenas nas expedições que comandou, marcadas por “pacifismo” e “ordem”. Além disso, o mesmo inspirou a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910. Sendo assim, naquela época, ele servia de exemplo a todos aqueles que se preocupavam com o destino do indígena no Brasil (MILANEZ, 2015, p. 43-47).

a Serra do Cachimbo, chefiada pelos irmãos Villas Bôas, e outra orientada para o Alto Tapajós chefiada por Frederico Hoepken (MAIA, 2012, p. 179). Não se deve olvidar que a Roncador-Xingu foi impulsionada em um momento de grande particularidade da história nacional – pela situação socioeconômica e política do Brasil – e internacional – por conta do contexto macro-histórico do período da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a expedição também atuou em um momento de mudanças no cenário da política indigenista tocada pelo Marechal Rondon e continuada pelos próprios irmãos Villas Bôas (2006, p. 46). O trato com os povos indígenas, na época considerado “pacífico”, também ganhou destaque e reconhecimento na mídia. A revista *O Cruzeiro* de 23 de agosto de 1947 trazia a seguinte notícia junto a uma foto dos Villas Bôas entrando em contato com os índios Camaiura:

OS NATIVOS: Não é mais o domínio da terra, nem o domínio do indígena o que mova a bandeira. Os Camaiuras baixam os seus arcos e recebem do homem branco as ferramentas, que lhes auxiliarão na caça e na pesca, e a rapadura, condimentos ao “prato” básico na selva: a farinha (OS NATIVOS, 1947, p. 8-13).

A Fundação Brasil Central – da qual a Expedição Roncador-Xingu era subordinada – manteve uma relação conflituosa e contraditória com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)³⁸, afinal, como foi visto, a expedição adentraria em terras indígenas, muitas das quais ainda abrigavam grupos isolados. A comunicação entre os dois órgãos era constante, o que não impediu que o SPI buscasse facilitar o trabalho da Fundação. Como aponta Maia (2012), era reconhecida a necessidade de adentrar nessas terras e que elas “deveriam ser alvo de iniciativas colonizadoras no pós-guerra, que levassem ao estabelecimento

38. Em 1910 foi criado por marechal Rondon o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), o órgão teve o nome abreviado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1918.

da ‘civilização’ na região” (p. 77)³⁹.

A atuação dos irmãos Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu, apesar das condicionantes acima citadas, foi capaz de atrair atenção da opinião pública e do governo. Esse protagonismo, apenas a guisa de exemplo, foi decisivo no processo que culminou na demarcação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, cujo relatório de criação foi escrito pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em articulação com a atuação dos Villas Bôas. A proposta de se criar uma reserva para a preservação cultural e material das nações indígenas contatadas durante a Roncador-Xingu sofreu particular resistência do Coronel Vanique – antigo chefe da expedição – e do então presidente da Fundação Brasil Central, Arquimedes Pereira Silva, além da oposição dos latifundiários e seus aliados na esfera política (MENEZES, 2000, p. 36). No entanto, a proposta que se originou do empenho e do prestígio angariado pelos irmãos Villas Bôas – com o apoio com o Serviço de Proteção aos Índios – se consolidou em 1961 na criação do Parque, cujas áreas correspondem às percorridas pela Expedição Roncador-Xingu.

Considerações finais

A Expedição Roncador-Xingu, inicialmente prevista para durar dois anos, acabou por perdurar cinco, encerrando-se apenas no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). As atividades desenvolvidas pela Expedição ultrapassaram a meta inicialmente prevista pelo governo e foram reconhecidas pela imprensa. O reconhecimento das

39. Além de orientar a Roncador-Xingu, a Fundação também auxiliava diversos órgãos do Estado Novo dirigidos para a “batalha da borracha”, controlava duas usinas (Central Sul-Goiana e Fronteira), os Entrepostos Comerciais do Brasil Central e, a partir de 1945, passou a controlar a Estrada de Ferro Tocantins (EFT). Ademais, a Fundação Brasil Central entrou em conflito com autoridades regionais e demais cidadãos nas regiões de sua atuação.

mudanças no rumo da expedição, direcionada pela atuação dos Villas Bôas, se deu por três vias (1) pelas ligações óbvias entre a imprensa e o governo; (2) pelo comprometimento desta primeira com os interesses privados dos empresários paulistas; e por fim, (3) pelos acontecimentos mais recentes da política indigenista.

É importante reafirmar que o movimento de expansão para o Oeste dos anos 1940 foi precedido por um conjunto discursivo, polifônico e polissêmico, muito anterior a Era Vargas ou ao Estado Novo. Apesar da pluralidade desse conjunto de vozes, essa produção textual – ensaística, literária e historiográfica – produzida desde fins do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX – foi decisiva na construção um olhar para os espaços ainda não colonizados, capazes de gerar uma agenda política interessada na “conquista do Brasil pelos brasileiros”. A expressão é do historiador Afonso de Taunay, utilizada repetidas vezes na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, referindo-se aos antigos sertanistas da Capitania de São Vicente, depois São Paulo, em viagem ao interior do continente no período colonial, especialmente nas zonas localizadas além da linha de Tordesilhas. A criação da “epopeia bandeirante”, com tudo que há de anacrônico e presentista, se conecta profundamente com os esforços bem concretos empreendidos nos anos de 1940, interessados na ocupação e no aproveitamento econômico dessas regiões.

Em outras palavras, a Marcha para o Oeste em geral, e a Expedição Roncador-Xingu em particular, empenharam-se na realização da antiga aspiração, presente em amplo repertório cultural. A referida Expedição, seja no plano concreto, seja na memória cultural, é um fenômeno histórico com particular densidade no Estado de São Paulo, cujas lideranças políticas empenharam-se em revesti-la de uma dimensão “bandeirante”, termo associado ao empreendedorismo, a bravura

e a conquista. Em termos metafóricos, pode-se afirmar que a fronteira Oeste é o espaço geográfico e geopolítico onde os bandeirantes históricos, do período colonial, e os “bandeirantes” modernos, do século XX, se encontram, ao menos no plano discursivo, em meio ao longo movimento de interiorização do país.

Referências

Periódicos

AMADO, Janaína. Veredas dos Sertões. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 ago. 2009.

A BANDEIRA Roncador-Xingú. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 ago. 1943.

BANDEIRA do século XX. *A Noite*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1943, n. 11.247, p. 6.

BANDEIRISMO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1943.

CERIMÔNIA da benção da bandeira nacional entregue à Expedição Roncador-Xingu. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1943.

ENFRENTANDO os Chavantes!. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1944, n. 35, p. 49.

A EXPEDIÇÃO Roncador Xingú. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1943, n. 11.252, p. 8.

GRANDE Expedição partirá em breve para a Serra do Roncador. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1943.

A MARCHA desbravadora da Expedição Roncador-Xingu. *A Noite*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1945, n. 11.985, p. 1 e 9.

MEMÓRIA dos irmãos Villas Bôas: os 32 anos de Cláudio e Orlando Villas Bôas com os índios brasileiros. *Visão*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1975.

OS NATIVOS. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1947, n. 44, p. 8-13.

PARA levar a civilização ao maciço central brasileiro. *Diário de Notícias*.

Rio de Janeiro, 1943, n. 135, p. 5.

RONDAM os chavantes o acampamento da Expedição Roncador-Xingu. *O Globo Expedicionário*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1945, n. 22, p. 3.

Bibliografia

ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco; Funarte, 1998.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo Paulista, o bandeirante*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaína (Orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: UFG, 1995.

AMED, Fernando José. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda. 2006.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. *Revista de História*, 160 (1º semestre de 2009), p. 253

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 2006. Tese (Doutorado em História e Cultura Política) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

AURELI, Willy. *Roncador*. Editora Leia, 1962 (1ª edição 1939).

BEIER, José Rogério. Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEIER, José Rogério. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas paulistas na representação cartográfica do território de São Paulo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 6, 2016. Anais do... Universidade Estadual da Bahia, Salvador: Edunab, p. 894-909. Disponível em: docs.wixstatic.com. Acesso em:

25 fev. 2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo”, 1765-1775. Alameda, 2007 (1ª edição 1979).

BISILLIAT, Maureen. *Guerreiros sem espada: Experiências Revistas dos Irmãos Villas Bôas*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização em Goiás no século XVIII. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia – corpo e alma*. IBRASA. São Paulo, 1987.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 fev. 2018.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *Um lugar de memória para a Nação. O Museu Paulista reinventado por Affonso d’Escragnolle Taunay (1917-1945)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba: CRV, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo*, vol. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. *Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Maria de Fátima. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 17, p. 189-214, 2009.

COSTA, Walderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica [1992]. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2016.

CRULS, Luiz, 1848-1905. Relatório Cruls: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil / Luiz Cruls. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DAVIS, Shelton H., MENGET, Patrick. Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgar de A. (Orgs). *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo; Cortez, 1981.

DAVISON, David Michael. Rivers and empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far West (1737-1808). Universidade de Yale, intitulada, 1970. (Dissertação de mestrado).

ESCOBAR, Ildefonso. *A Marcha para o Oeste: Couto Magalhães e Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, 1941.

FERRETTI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Revista Estudos Históricos* – Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p.59-78, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Forense Universitária, 2012.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro : Editora 7 Letras, 2013;

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. *A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central*. 2014. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013, p. 41-86.

JANKE, Leandro Macedo. Lembrar para mudar: o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RIO, 2010 (Tese de doutorado).

LIMA, André Nicácio. Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon*. São Paulo, EDUC, 1998.

MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao rio Araguaia*. Editora Nacional, 1975 (1ª edição 1863).

MAGALHÃES, Couto de. *O Selvagem. Rio de Janeiro : Typ. da Reforma* (1ª edição 1876).

MAGALHÃES, Couto de. *Ensaio de antropologia* (1ª edição – 1894).

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado Território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBÓ, Eulalia Ribeira; Héctor Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín. *La integración del territorio em uma idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946*. México: Instituto de Geografía UNAM, 2007, p. 589-608.

MEIRELLES FILHO, João. *Grandes Expedições à Amazônia Brasileira: Século XX*. São Paulo: Metalivros, 2011.

MEIRELES, Silo. *Brasil Central: notas e impressões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingu – A construção de um território estatal*. Campinas: UNICAMP, 2000.

MILANEZ, Felipe (Org). *Memórias sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: SESC, 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: Eulalia Ribera Carbo; Hector Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín (coords). *La integración del território en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografia; Instituto de Investiga-

ciones Dr. José María Luis Mora, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico *Terra Brasilis* [Online], v. 4-5, 2003, 6p. Disponível em: terrabrasilis.revues.org.

OLIVEIRA, Acary de Passos. *Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 – Rio das mortes, Xavantina 1944*. Goiânia: UFGO, 1976.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *O “Espetáculo do Ypiranga”: Medições entre história e memória*. 2000. [s.n.], São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. In: *Política e Sociedade*, n. 12, abr. 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Mestrado em História – UFRGS, 2006.

PERES, Wilma. Afonso d’Escragnoille Taunay. História geral das bandeiras paulistas. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: Um banquete nos trópicos*. Vol 2. São Paulo: SENAC, 2011.

PITTA, Fernanda Mendonça. Um povo pacato e bucólico: costume, história e imaginário na pintura de Almeida Júnior. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, 2013 (Tese de doutorado).

REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação política e social do Brasil*, 2v. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940 (Coleção Documentos Brasileiros; 25).

SANCHO, Karla Amorim. *Cenas da enunciação e ethos em narrativas sobre a Expedição Roncador-Xingu: uma análise discursiva*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SILVA, Hermano Ribeiro. *Garimpos de Mato Grosso*. Editora Saraiva, 1954 (1ª edição 1936).

SILVA, Hermano Ribeiro. *Nos sertões do Araguaia: narrativas sobre a expedição às glebas bárbaras do Brasil Central*. Editora Saraiva, 1948 (1ª edição 1935).

SILVA, Sandro Dutra e. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira*

agrícola no Brasil Central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

SKINNER, Quentin. *The Foundations of Modern Political Thought*. Editora: Cambridge University Press, 2009.

TAUNAY, Afonso de. *Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto*. RIHGSP, v. 37, 1939, p. 11.

TAUNAY, Affonso de. *São Paulo nos Primeiros Anos*. Tours: E. Arrault & Cie, 1920.

_____. *São Paulo no Século XVI*. Tours: E. Arrault & Cie, 1921.

_____. *Na Era das Bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos; Weiszflog Irmãos, 1922.

_____. *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1923.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: EdUSP, 2008.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. V, 1938.

VARJÃO, Valdon. *Barra do Garças no passado*. Brasília: 1980.

_____. *Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste*. Brasília. Senado Federal. 1989.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *A questão da capital: marítima ou no interior?*. Viena: Imp. do Filho de Carlos Gerold, 1877.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*, v. 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VILLAS BÔAS, Orlando. *Histórias e causos*. São Paulo: FDT, 2005.

_____. *Expedições, Reflexões e Registros*. São Paulo: Metalivros, 2006.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para o Oeste – A epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

Resumo:

O presente artigo argumenta que a produção cultural e intelectual acerca dos sertões e do Brasil Central, elaborada em fins do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do século XX, foi propulsora da Marcha para o Oeste e, mais especificamente, da Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), foco deste artigo. A produção literária e historiográfica – especialmente o investimento em torno da memória e da história dos bandeirantes, no Estado de São Paulo – exerceu um papel central na construção de uma agenda política marcada pela urgência nacional em conquistar áreas remotas do interior do Brasil. A Expedição Roncador-Xingu valeu-se dessa agenda para obter financiamento, apoio político e visibilidade.

Palavras-chave: Expedição Roncador-Xingu, Irmãos Villas-Bôas, Marcha para Oeste, Mitologia Bandeirante, Fronteira.

Abstract:

The present paper argues that the intellectual and cultural production focused on Brazilian hinterlands and central region, initially produced in the late XIX century and especially the first half of XX century, was the propeller to the so-called West Brazilian March and, more specifically, the focus of this article, The Roncador-Xingu Expedition (1943-1948). Literary and Historiography production – developed as an investment around the story and memory of the Bandeirantes, in São Paulo State – featured as the main role in the construction of a political agenda required due to the urgency to explore remote areas of Brazilian territory. As a result of that, The Roncador-Xingu Expedition was able to rely on financial and political support, as well as considerable visibility.

Keywords: Roncador-Xingu Expedition, Villas-Bôas Brothers, Brazil's march to the West, 'Bandeirantes' mythology, frontier

Recebido para publicação em 02/03/2018.

Aceito em 27/09/2018.